TL 2082

«DAR VOZ A... »

Foi preocupação de «do Serviço Social» recolher depoimentos de Organizações que agrupem pessoas pertencentes às chamadas «minorias étnicas», no sentido de obter testemunhos de vivências «sentidas por dentro».

Pretendeu-se, assim, dar oportunidade aos próprios de expressarem o seu sentir sobre a sua situação e condições de vida, como que definindo o centro do polígono de interacções que se pretendeu desenhar sobre a problemática das «Minorias Étnicas». Nesse sentido, e tentando considerar algumas vertentes do tema, formularam-se as seguintes questões:

— «Como se poderá caracterizar, do vosso ponto de vista, o modo de inserção na sociedade portuguesa do grupo populacional que essa Associação representa?»

— «A recente legislação portuguesa relativa a estrangeiros residentes em Portugal, bem como as «medidas» anunciadas pelas entidades oficiais, que considerações vos sugerem?»

— «Do contacto com a realidade socio-profissional em que se encontram com os vossos associados, que opinião se pode retirar quanto às acções de apoio social desenvolvidas pelos Serviços Oficiais?»

As questões enunciadas foram enviadas a seis Associações da zona de grande Lisboa (Caboverdianos, Guineenses, Timorenses,...) tendo-se obtido uma única resposta, que passamos a transcrever na íntegra:

«COMUNIDADE DE REFUGIADOS DE TIMOR — LISBOA

I) A invasão de Timor pela Indonésia provocou um genocídio de mais de 200 mil timorenses e originou a fuga de cerca de 1600 refugiados para junto da potência administrante. Os timorenses, na diáspora, criaram de imediato mecanismos de acção que abrangem as áreas política, cultural e social.

Sob o ponto de vista político surgiu, em Março de 1986, a Convergência Nacionalista — plataforma de entendimento entre os Partidos históricos UDT e FRETILIN — em que foram protagonistas os dirigentes da Comissão Política Nacional da UDT e os líderes da FRETILIN no exterior. Estava consumada a união politica dos timorenses que seria reconhecida pela potência administrante, pelos PALOP, pela CE e pelo Vaticano. Neste contexto existem os interlocutores válidos do povo de Timor, quer junto da potência administrante quer da Comunidade Internacional.

A necessidade em responder, de forma particular e eficaz, ao etnocídio do povo timorense precipitou a criação da Liga dos Amigos de Timor (1977), do Centro de Cultura de Timor (1985) e da Fundação Borja da Costa (1985), instituições que têm como objecto o estudo, a investigação, a divulgação e a defesa da cultura e da identidade do povo de Timor Oriental.

No que concerne à inserção social propriamente dita pensamos que a CRT — Comunidade dos Refugiados de Timor (nascida da Comissão dos Refugiados de Timor, constituída em 1975, e que acompanhou os 1600 refugiados timorenses vindos de Atambua-Indonésia para Lisboa) desenvolve um papel fundamental ao apoiar a integração social e comunitária de todos os timorenses, ao promover a sua convivência e fraternidade e ao preservar a identidade cultural do povo timorense.

II) Na qualidade de minorias étnicas que somos e pela total solidariedade que nutrimos pelos nossos irmãos dos PALOP e Brasil não podemos deixar de manifestar alguma preocupação sobre a situação dos emigrantes em Portugal e no resto do mundo. Somos apologistas de que a presença de emigrantes, principalmente dos PALOP e Brasil, em Portugal, é desejável e contribui significativamente para o estreitar dos laços entre os povos que falam a língua portuguesa e, outrossim, para o progresso económico de Portugal.

III) As acções de apoio social desenvolvidos pelos Serviços Oficiais junto da Comunidade Timorense têm sido, essencialmente, assegurar o alojamento das Famílias timorenses. Neste quadro tem havido colaboração dos Serviços Sociais e de algumas Câmaras Municipais. É justo salientar o apoio das Câmaras de Setúbal, Oeiras, Amadora e Lisboa, entre outras, nestes e/ou noutros domínios.

A CRT — Comunidade dos Refugiados de Timor gostaria de sensibilizar os Serviços Oficiais para as dificuldades existentes no seio da nossa Comunidade. Com o apoio dos Serviços Oficiais seria possivel desenvolver acções como a reintegração de antigos funcionários públicos da Administração portuguesa, em Timor, incluindo os reformados, a formação profissional, a alfabetização de adultos, a atribuição de casas a agregados familiares timorenses, etc, etc.

Lisboa 16 / 10 / 93

a) *Azancot de Menezes* (*)

(*)
— *Licenciado em Matemáticas Aplicadas,*
— *Presidente do Conselho Fiscal da CRT*
— *Representante da CRT junto dos PALOP*
— *Representante da CRT junto do Conselho Municipal das Comunidades Emigrantes e das Minorias Étnicas de Lisboa.»*

do Serviço Social (4) Jan-Mar. 93